



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1009815-63.2018.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito**
Requerente: **Osmar Redondo**
Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

OSMAR REDONDO, qualificado (a)(s) nos autos, ajuizou(aram) ação em face da(s) parte(s) requerida(s) **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, pretendendo, em síntese, o reembolso das custas processuais do processo nº 1014589-73.2017.8.26.0037.

Resposta da Fazenda Pública às fls. 183/185.

Réplica às fls. 190/192.

É o Relatório.

Fundamento e Decido.

Acolho a preliminar de falta de interesse arguida pelo requerido.

De fato, ausente o interesse processual, porquanto a r. Sentença proferida no mandado de segurança já responsabilizou a Fazenda Pública na obrigação de pagamento das custas e despesas processuais, sendo desnecessário se reingressar no mérito desta questão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Deve o autor, assim, propor o cumprimento de sentença respectivo, através de incidente nos autos do processo mencionado, tal qual lhe foi informado pelo despacho datado de 10/03/2018 (fl. 9).

O pedido de cumprimento de sentença deverá atender os requisitos do artigo 534 e parágrafos do NCPC, cujo procedimento está delineado nos artigos 917 § 3º das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça:

Art. 917

[...]

§ 3º O pedido de cumprimento de sentença condenatória processar-se-á, em regra, nos próprios autos da ação de conhecimento. Faculta-se ao ofício de justiça a autuação em apartado, com geração de números novos, de tantos incidentes quanto forem os exequentes, se o processamento conjunto nos autos principais dificultar a rápida solução da demanda. O pedido será, todavia, distribuído, quando o cumprimento de sentença houver de se processar necessariamente em juízo diverso daquele que proferiu a condenação, ou quando a lei facultar ao exequente a opção pelo juízo.

Ante o exposto, JULGO EXTINTO o feito, com fundamento no artigo 485, VI, do Código de Processo Civil.

Sem condenação em custas ou honorários, conforme artigo 55 da Lei 9.099/95.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 29 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**